



FAPEC

2024

II PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Horário: **08 horas**
(horário de Mato Grosso do Sul)

MANHÃ

RESIDÊNCIA

Duração da prova: **4h**

Cód: **3012 a 3065**

Cargo:

Direito

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões, b) um cartão-resposta e c) uma folha de redação.
3. Ao receber autorização, verifique se, no caderno, constam todas as **40 (quarenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvidas. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	<input type="checkbox"/>	C	D	E
---	--------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os celulares e/ou qualquer aparelho eletrônico deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA
ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA
E COLE AQUI

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. João precisa imprimir um arquivo, porém só pode utilizar o teclado, já que seu mouse parou de funcionar, quais teclas de atalho poderá utilizar para realizar esse procedimento?

- A) Ctrl + A.
- B) Ctrl + B.
- C) Ctrl + C.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + P.

02. Um usuário do sistema operacional Windows 11 se ausentará por alguns minutos e deseja bloquear o computador durante o período. Qual atalho realiza esse bloqueio?

- A) Del.
- B) Alt + F.
- C) Ctrl + C.
- D) Shift + tab.
- E) Tecla do logotipo Windows + L.

03. Qual dos aplicativos a seguir uma ferramenta de segurança do sistema operacional Windows?

- A) Copilot.
- B) MS Edge.
- C) MS OneDrive.
- D) MS Teams.
- E) Windows Defender.

04. Qual das alternativas a seguir é uma função do Microsoft Excel?

- A) Criação de imagens.
- B) Criação de planilhas.
- C) Edição de textos.
- D) Proteção do computador.
- E) Desenvolvimento de softwares.

05. Assinale a alternativa que representa um termo para o e-mail considerado lixo de correio eletrônico:

- A) DNS
- B) Cco
- C) HTML
- D) spam
- E) URL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO

06. Nos termos da Constituição Federal/1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- A) A soberania.
- B) O singularismo político.
- C) A cidadania.
- D) A dignidade da pessoa humana.
- E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

07. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, disciplinados no art. 5º da Constituição Federal/1988, assinale a alternativa correta.

- A) É livre a manifestação do pensamento, sem qualquer tipo de vedação.
- B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, salvo aquelas de origem anglo-saxônica e que utilizam animais em suas práticas religiosas.
- C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, podendo, quando cabível, as invocar para eximir-se de obrigação legal.

D) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

E) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas se dará mediante autorização da autoridade máxima do poder executivo local.

08. A administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Acerca do tema, analise as alternativas e assinale a correta.

- A) O servidor público em mandato eletivo federal não precisará se afastar de seu cargo.
- B) Os atos de improbidade administrativa não implicam, como regra, a suspensão dos direitos políticos.
- C) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- D) As administrações tributárias da União, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades.
- E) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário serão, sem qualquer ressalva, iguais ou superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

09. Nos termos do texto constitucional, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, a respeito das garantias e vedações aos membros do Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aos membros do Ministério Público, é garantida a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- B) Salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público e assegurada ampla defesa, é garantida a inamovibilidade aos membros.
- C) É vedado aos membros o exercício da advocacia, salvo em ações de natureza cível, cujas partes não envolvam ente público ou causas de atuação obrigatória do Ministério Público.
- D) É vedado aos membros receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- E) Os membros do Ministério Público não podem exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

10. Analise as afirmativas a seguir e, considerando, exclusivamente, as disposições da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, assinale a alternativa correta.

- I. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
 - II. São absolutamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
 - III. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- A) Apenas o disposto na afirmativa II é incorreto.
 - B) O disposto na afirmativa III é incorreto.
 - C) Apenas o disposto na afirmativa I é correto.
 - D) O disposto na afirmativa II e III está correto.
 - E) Apenas o disposto na afirmativa I e II está correto.

11. O Ministério Público pode iniciar a ação penal sem necessidade de autorização ou manifestação de vontade do ofendido, quando se tratar de:

- A) Ação Penal Pública Condicionada.
- B) Ação Penal Privada Personalíssima.
- C) Ação Penal Privada Exclusiva.
- D) Ação Penal Pública Incondicionada.
- E) Ação Penal Privada Incondicionada.

12. Nos termos do Código Civil, é nulo o negócio jurídico quando:

- A) as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

- B) o agente, embora capaz, celebre o negócio jurídico com dolo accidental.
- C) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- D) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- E) celebrado com agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável.

13. O Acordo de Não Persecução Penal, previsto no art. 28-A do CPP, pode ser celebrado quando houver, dentre outros, qual dos requisitos a seguir?

- A) Quando o crime for praticado com violência ou grave ameaça.
- B) Quando se tratar de crime hediondo.
- C) Quando a pena mínima cominada ao crime for superior a 4 anos.
- D) Quando houver condenação criminal anterior por crime doloso.
- E) Quando o investigado confessar formalmente a prática do delito.

14. Acerca do regime de bens entre os cônjuges, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento.
- B) Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem, livremente, administrar os bens próprios.
- C) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.
- D) Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.
- E) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.

15. Cléber, filho único de pais falecidos, que nunca se casou ou teve filhos, desejava deixar todos os seus bens ao seu melhor amigo, Tício. Assim, redigiu testamento, em que nomeou seu melhor amigo, Tício, como herdeiro universal de seus bens. Após o falecimento de Cléber, seu primo questiona a validade do testamento, alegando que ele é herdeiro necessário. Considerando a situação supramencionada, assinale a alternativa correta.

- A) Considerando que o primo não é herdeiro necessário, o testamento deixado por Cléber é válido.
- B) O testamento é inválido, porque apenas poderia ser objeto de testamento metade dos bens de Cléber.
- C) O testamento é válido, contudo, Cléber deveria ter reservado a legítima para os herdeiros colaterais.
- D) O testamento apenas produzirá efeitos jurídicos após renúncia de herança, por parte dos herdeiros colaterais, por meio de escritura pública.

- E) O testamento é inválido, porque, na hipótese de inexistência de herdeiros necessários, os bens devem ser destinados ao município de falecimento.
16. Dentre as alternativas abaixo, quais crimes são de competência do Tribunal do Juri?
- A) Os crimes culposos em geral.
B) Os crimes de trânsito.
C) Os crimes de intolerância religiosa.
D) Os crimes dolosos contra a vida.
E) Os crimes contra o patrimônio.
17. Nos termos das disposições previstas no Código de Processo Civil acerca das condições da ação, assinale a alternativa correta:
- A) a legitimidade para agir confunde-se com a capacidade processual do autor e do réu, ou seja, à aptidão para estar em juízo.
B) não se admite ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
C) ninguém poderá, sem qualquer ressalva, pleitear direito alheio em nome próprio.
D) o interesse processual, condição da ação, decorre da pertinência subjetiva da demanda, confundindo-se, portanto com a legitimidade processual.
E) o interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
18. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
- A) o processo começa por vontade do juiz.
B) não existe arbitragem no direito brasileiro.
C) a conciliação não deve ser estimulada pelo juiz.
D) as partes no processo devem se comportar de acordo com a boa-fé.
E) os julgamentos dos processos devem ser resritos e sigilosos.
19. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, suscitar as matérias preliminares. Dentre as opções a seguir, assinale a hipótese em que a matéria de defesa não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.
- A) Convenção de arbitragem.
B) Perempção.
C) Conexão.
D) Ausência de legitimidade ou de interesse processual.
E) Inexistência ou nulidade da citação.
20. No território nacional, a Jurisdição civil é exercida:
- A) pelos juízes e pelos tribunais.
B) pelos promotores de justiça e pelos tribunais.
C) pelos promotores de justiça e defensores públicos.
D) pelas partes e pelo juiz da causa.
E) pelos promotores e procuradores de justiça.
21. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.
- A) O Ministério Público é dispensado de intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse público ou social.
B) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público nos autos do processo.
C) O Ministério Público gozará, como regra, de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.
D) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes da manifestação das partes.
E) A produção de provas pelo Ministério Público nos processos em que figura como fiscal da ordem jurídica é condicionada à ausência de requerimento dessas pela parte Requerida.
22. Analise as afirmativas a seguir e, considerando as disposições previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- I. Pelo Princípio da Anterioridade da Lei, entende-se que não há crime sem lei anterior que o defina, bem como não há pena sem prévia cominação legal.
II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
III. Não se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente.
- A) O disposto nas afirmativas I e III está incorreto.
B) Apenas o disposto na afirmativa III está incorreto.
C) O disposto na afirmativa II e III está correto.
D) Apenas o disposto na afirmativa I está correto.
E) O disposto na afirmativa I e II está incorreto.
23. Nos termos do Código Penal, a pena pelo crime de feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime tiver sido praticado:
- A) durante a gestação, nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência de qualquer idade.
B) na presença física ou virtual de terceiros.
C) na presença física ou virtual de ascendentes do autor do crime.
D) em descumprimento de medida protetiva de urgência referente ao dever de pagar alimentos provisórios.
E) contra pessoa menor de 16 (dezesesseis) anos.

24. Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- B) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- C) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- D) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- E) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, como regra, é isento de pena.

25. Considerando as disposições previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e afasta punição por crime culposos, se previsto em lei.
- B) Não se afasta a aplicação de penalidade a quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- C) O erro justificável quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta o agente de pena.
- D) O erro sobre a ilicitude do fato, evitável ou inevitável, isenta o agente de pena.
- E) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.

26. A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido. Nesse sentido, considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O titular da ação penal pública condicionada à representação é a vítima ou o seu representante legal.
- B) A representação será irretratável depois do recebimento da denúncia pelo Juiz.
- C) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.
- D) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 03 (três) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.
- E) O direito de queixa poderá ser exercido ainda que haja renúncia expressa do ofendido.

27. Nos termos do Código Penal, a pena do crime de furto é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido nas seguintes condições, EXCETO:

- A) Com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- B) Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
- C) Com emprego de chave falsa.

D) Mediante emprego de violência e/ou grave ameaça.

E) Mediante concurso de duas ou mais pessoas.

28. Considerando as disposições previstas no Código de Processo Penal acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim o oferecimento da denúncia.
- B) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- C) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado, exclusivamente, de ofício.
- D) A representação é dispensável para instauração de inquérito para apuração de crimes em que a ação pública dela depender.
- E) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a abertura de inquérito de ofício.

29. Acerca das disposições previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) As medidas cautelares não devem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- B) As medidas cautelares serão sempre decretadas de ofício pelo juiz.
- C) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de imediato, decretará a prisão preventiva.
- D) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista.
- E) As medidas cautelares serão decretadas apenas mediante requerimento do Ministério Público.

30. Acerca da instrução criminal, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- B) O procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.
- D) O procedimento comum sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- E) Os processos que apurem a prática de crime hediondo ou violência contra a mulher terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

31. Nos termos do Código de Processo Penal, acerca dos recursos em geral, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- B) É cabível recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- C) Caberá apelação da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;
- D) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo.
- E) Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias da sentença que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.

32. Acerca dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos termos da Lei Federal n.º 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade.
- B) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública.
- C) O Juizado Especial Criminal é provido por juízes leigos, os quais deverão, para o regular andamento do feito, de ofício, pronunciar todos os tipos de nulidades, mesmo que não tenha havido prejuízo para as partes.
- D) Não poderão ser partes, no processo que tramita pelos Juizados, sem prejuízo dos demais, o incapaz.
- E) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, dentre outros, as contravenções penais.

33. Nos termos da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se criança, para os efeitos da mencionada Lei, a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.
- B) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- C) É dever exclusivo do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- D) É assegurado, apenas às mulheres de baixa renda, o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção

humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

- E) Incumbe à comunidade local proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

34. Nos termos da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, sem prejuízo das demais, as seguintes medidas, EXCETO.

- A) Advertência.
- B) Obrigação de reparar o dano.
- C) Liberdade assistida.
- D) Internação em estabelecimento educacional.
- E) Prisão.

35. Assinale a alternativa que, nos termos da Lei Federal n.º 8.072, de 25.7.1990, revelem apenas crimes considerados hediondos.

- A) Homicídio qualificado privilegiado e Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte praticada contra autoridade.
- B) Tráfico privilegiado e Lesão corporal dolosa de natureza gravíssima.
- C) Lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e Homicídio qualificado privilegiado.
- D) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte e Tráfico privilegiado.
- E) Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte e Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.

36. Nos termos da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, EXCETO:

- A) a violência parental.
- B) a violência física.
- C) a violência psicológica.
- D) a violência patrimonial.
- E) a violência moral.

37. Quais são os princípios institucionais do Ministério Público previstos no § 1º do art. 1º, da Lei Orgânica do MP/MS?

- A) Legalidade, moralidade e impessoalidade.
- B) Unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- C) Eficiência, economicidade e autonomia administrativa.
- D) Ordem jurídica, regime democrático e interesses sociais.
- E) Razoabilidade, independência e autonomia financeira.

38. A ascensão na carreira no Ministério Público do Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 72, de 18.1.1994, far-se-á por antiguidade e merecimento. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) O membro do Ministério Público, ainda que esteja respondendo a processo disciplinar, poderá concorrer à promoção.
- B) Quando o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão do exercício de cargo eletivo, somente poderá concorrer à promoção por antiguidade.
- C) A alteração de entrância da comarca implica a modificação da situação do membro do Ministério Público na carreira.
- D) Não ter dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência, no período de doze meses, anteriores ao pedido, não constitui requisito para ascensão na carreira.
- E) O membro do Ministério Público que estiver em disponibilidade por motivo de interesse público poderá concorrer à promoção.

39. Acerca dos direitos e deveres dos residentes jurídicos, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022, assinale a alternativa correta.

- A) O residente jurídico não terá direito ao recesso remunerado.
- B) A proteção de seguro contra acidentes pessoais não constitui direito dos residentes jurídicos.
- C) O residente jurídico é dispensado de acatar as instruções e determinações do Procurador-Geral de Justiça e do Secretário-Geral do Ministério Público.
- D) É dever dos residentes jurídicos manterem ilibada conduta pública e particular.
- E) Os residentes jurídicos não farão jus ao recebimento de auxílio-transporte.

40. Nos termos da Resolução n.º 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Programa de Residência Jurídica e carreiras afins no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta.

- A) A carga-horária do residente será de 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, devendo ser cumprida, preferencialmente, dentro do horário de expediente do MPMS, das 11h às 19h.
- B) A frequência será apurada por dia de residência, mediante registro das horas de entrada e saída, e a falta sem justificativa não acarretará o desconto automático do pagamento referente ao dia da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte.
- C) A residente gestante poderá ter a residência suspensa por até 04 (quatro) meses, a partir da data do parto ou conforme exigência médica, mediante requerimento, com prejuízo da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte.
- D) O residente terá direito a período de recesso de 30 (trinta) dias, sempre que o período de duração da residência for igual ou superior a 1 (um) ano.
- E) O desligamento do residente ocorrerá, sem prejuízo das demais hipóteses, quando completados 3(três) anos de conclusão do curso de graduação, sem que haja o início de pós-graduação na área de formação.

Proposta: Liberdade de expressão e os desafios das redes sociais

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema proposto, apresentando uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto I

“A liberdade de expressão é um direito humano fundamental, previsto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: ‘Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.’ Contudo, no ambiente das redes sociais, esse direito se depara com novos desafios, como a disseminação de fake news e discursos de ódio.”

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 nov. 2024. (adaptado)

Texto II

“As plataformas digitais desempenham um papel central no debate público contemporâneo. Embora facilitem a disseminação de informações, elas também são terreno fértil para a proliferação de conteúdos nocivos. Por outro lado, a moderação excessiva pode configurar censura, comprometendo a liberdade de expressão.”

Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/jose-eduardo-campos-faria/fake-news-e-liberdade-de-expressao/>. Acesso em: 21 nov. 2024. (adaptado)

Texto III

“Estudo realizado pela SaferNet aponta que, no Brasil, denúncias de discurso de ódio online cresceram 400% nos últimos cinco anos. Especialistas destacam a necessidade de regulamentações que equilibrem o direito à liberdade de expressão com a proteção contra abusos.”

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022>. Acesso em: 21 nov. 2024. (adaptado)

